ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CEZAR LEITE (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR EDVALDO BRITO (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciado o vereador HÉLIO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 266 e 277/19 do Gabinete do Prefeito em resposta a pleitos da CMS; Ofício n. 527/19 da Secretaria da Saúde em resposta a pleito da CMS; Projetos de Lei n.s 184/19 do vereador Sabá, 185/19 do vereador Marcos Mendes e 186/19 do vereador Alfredo Mangueira; Projetos de Resolução n.s 74/19 do vereador Sidninho e 75/19 do vereador Sérgio Nogueira;

Requerimento n. 135/19 do vereador Alex Mine; Moção n. 61/19 da vereadora Aladilce Souza; e Requerimentos de licenças de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, nos **Registros**, o vereador Edvaldo Brito disse ao senhor presidente que o Projeto do *Built to Suit*, cuja votação se daria nesta Sessão, continha vícios severos, como o de legislar sobre direito civil, e mencionou livro de sua autoria para afirmar a necessidade de o poder público se pautar pela diretriz ética da licitação. Pediu que a discussão sobre possível acordo relativo ao Projeto tratasse dessas questões e disse que, havendo perspectiva de ajuste, estaria a favor do Projeto. O senhor presidente enalteceu o perfil do vereador Edvaldo Brito e seu apreço pessoal por ele, declarando que, sendo ele procurador parlamentar, não colocaria projeto para votar sem o ouvir. Registrou a presença do secretário Municipal de Gestão, Thiago Dantas, destacando sua atuação sobre o Projeto do *Built to Suit*. O vereador Cezar Leite afirmou que não havia desajuste jurídico no Projeto do *Built to Suit*, apontando dispositivos para ilustrar seu entendimento. Expôs questionamento o sobre o prazo de duração do contrato, previsto em até 30 anos, o que avaliou temerário frente à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Explicou que o Tribunal de Contas do Municípios (TCM) considerava o prazo máximo de 15 anos e propôs emenda para trazer esse prazo ao Projeto. O senhor presidente lembrou que o vereador Cezar Leite vinha tratando sobre o prazo e estimou que haveria entendimento quanto a isso, fazendo encaminhamento, nesse sentido, aos líderes. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito declarou sua colaboração a esse respeito, mencionando possível revés judicial e criticando a redação de alguns artigos. O senhor presidente destacou a experiência e o conhecimento do vereador Edvaldo Brito. O vereador Sílvio Humberto, observando ser o Dia do Meio Ambiente, citou artigo constitucional e mencionou palestra de Leonardo Boff na qual o palestrante defendeu o compromisso sobre as demandas ambientais. Citou o jornalista André Trigueiro sobre 15 pontos que indicavam a danosa gestão do Ministério do Meio Ambiente. Avaliou que o Governo Federal era o que mais promovia ameaças e danos ambientais, inclusive

com o desmonte da fiscalização, e pediu reflexão. Considerou que o *Built to Suit*, do modo como estava, era um "cheque em branco geracional" em razão do prazo de 30 anos. O senhor presidente expressou sua posição pela redução desse prazo e informou que, após as falas de dois oradores, suspenderia a Sessão por 30 minutos, para que se desse o entendimento necessário sobre o Projeto. O vereador Marcos Mendes saudou os agentes de endemias na Galeria em luta pelo piso nacional. Afirmou que o ministro do Meio Ambiente destruía os mecanismos de defesa ambiental e expôs detalhes sobre mudanças relativas a licenciamento e fiscalização. Disse que os parques urbanos da Cidade estavam abandonados, mencionando os de São Bartolomeu, Abaeté e outros. O senhor presidente parabenizou repórter da TV Record, presente ao Plenário, por premiações recebidas. O vereador Moisés Rocha, secundando o vereador Sílvio Humberto, disse que o Governo Federal era o pior de todos não apenas quanto ao meio ambiente. Lembrou o assassinato de um músico por soldados do Exército no Rio de Janeiro, com 80 tiros, sublinhando que o Presidente Bolsonaro, naquele momento, defendeu os militares e nada disse à família do cidadão morto. Criticou o Presidente por agir diversamente ao declarar pêsames pela morte do cantor MC Reaça, que produzia discursos violentos e machistas, e chegara a fraturar o maxilar de uma mulher, mas era tratado como herói pelo Presidente, o que atribuiu ao fato de MC Reaça se declarar cristão. Conforme anunciado pelo senhor presidente, a Sessão foi suspensa por 30 minutos, antes havendo o senhor presidente dito que, da reunião que se seguiria, participariam os vereadores Paulo Magalhães Júnior (líder do Governo), Sílvio Humberto (líder do bloco parlamentar PSB-PCdoB), Edvaldo Brito (independente), Sidninho (líder da Oposição) e Alexandre Aleluia (presidente da Comissão de Constituição e Justiça-CCJ). A suspensão foi prorrogada por mais uma hora. Restabelecida a Sessão, o senhor presidente estimou que haveria entendimento entre as lideranças. A Sessão foi prorrogada por uma hora. Dando seguimento aos **Registros**, a vereadora Aladilce Souza saudou os agentes de endemias, elogiando movimentação que

haviam realizado no dia anterior e sugerindo que o secretário Thiago Dantas, presente à Casa, ouvisse a categoria. Indagou ao secretário sobre o destino das receitas que a Prefeitura estaria obtendo a partir do que não seguia à remuneração dos servidores. Apontou pautas que reputava urgentes, como as de Educação e Saúde, defendendo que fossem tratadas pela Prefeitura em lugar de se buscar o *Built to Suit*, cujo Projeto avaliou como complexo e de dificultosa apreciação. O vereador Toinho Carolino pediu sensibilidade ao prefeito sobre os agentes de endemias e sobre os moradores do Subúrbio que viam o Esporte Clube Periperi ser substituído por empreendimento privado. Afirmou que os moradores da região desejavam a manutenção do Clube e defendeu a desapropriação da área pela Prefeitura, para se garantir o interesse popular. Informou audiência pública a respeito, no sábado. O vereador Orlando Palhinha defendeu a importância do Projeto do *Built to Suit*, apontando o crescimento da Cidade com a gestão do prefeito e a necessidade de ajuste para que os contratos de aluguel tivessem bons preços em função da garantia de prazo mais longo. Afirmou que esse deveria ser um interesse suprapartidário. O senhor presidente informou haver subscrito Ofício ao secretário municipal do Trabalho, Esportes e Lazer, Alberto Pimentel, pedindo esclarecimentos sobre suas declarações ofensivas a um vereador e a toda a CMS. Em comunicação inadiável, o vereador Henrique Carballal, alvo da ofensa, destacou o zelo do senhor presidente a todos os edis, independente de partido ou ideologia. O senhor presidente agradeceu e determinou que cópia do Ofício fosse entregue à imprensa. O vereador Isnard Araújo manifestou aplauso à Rede Record por parceria com Israel, país que receberia a programação da emissora. Lembrou a votação do Estatuto da Igualdade Racial na semana anterior, iniciada com aparente consenso e que entrou em desacerto, parabenizando o senhor presidente pela condução do processo. Sublinhou que ele e outros edis de posição religiosa afim abriram mão de uma Emenda, que atendia às suas convicções, em nome da votação do Projeto, e saudou o povo negro. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal disse não entender a pendência da votação do Projeto do *Built to Suit*,

pois observava haver número de edis suficiente para votá-lo e aprová-lo. O senhor presidente disse que cumpria o acordado quanto a pôr o Projeto em votação e que, em respeito às Emendas, dava-se-lhes um necessário tempo. A vereadora Marta Rodrigues declarou apoio aos agentes de endemias. Em resposta à questão de ordem que antecedera a sua fala, afirmou que a Casa, sob a condução do senhor presidente, praticava a democracia e não votava algo apenas em função de números. Também mencionou a questão ambiental e os 15 pontos levantados sobre a gestão Federal. Pela ordem, o vereador Sérgio Nogueira solicitou a retirada do Projeto de Resolução n. 70/19. O vereador Luiz Carlos Suíca também saudou os agentes de endemias e sua movimentação, elogiando sua liderança. Sobre o Projeto do *Built to Suit*, disse que a democracia é feita de diálogo e que ajudavam o senhor presidente a construir algo de bom para a Cidade. Lembrou o acordo obtido sobre o Estatuto da Igualdade Racial e estimou fazerem o mesmo sobre o Projeto atual. O vereador Luiz Carlos de Souza declarou apoio aos agentes de endemias. Lembrou seu apoio ao Projeto do *Built to Suit*. Afirmou que ele trazia um instrumento de avanço e refutou a noção de "cheque em branco", explicando que seus números sobre percentuais e prazos não eram rígidos e apenas indicavam limites. Expôs detalhes sobre Projeto. O vereador Sérgio Nogueira rejeitou a crítica ao investimento em Periperi e, também, a ideia de desapropriação. Disse que o investimento ajudaria desempregados e que a Casa deveria apoiar isso. A vereadora Marcelle Moraes, sobre o Dia do Meio Ambiente, disse que a questão ambiental não era de um partido, mas, de todos. Considerou cruel a gestão federal por estimular o desmatamento e apontou diversos danos no País e na Cidade. Defendeu a união como caminho para a sobrevivência e mencionou Projetos seus sobre a questão. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Aladilce Souza (4 de junho), Ana Rita Tavares (3 e 4 de junho), Daniel Rios (3 e 4 de junho), Hélio Ferreira (5 de junho) e Odiosvaldo Vigas (3 de junho). Foi discutido, votado e aprovado o Requerimento n. 127/19. O vereador Teo Senna informou que a Comissão de Educação, Esporte e Lazer faria a

audiência pública sobre o estádio em Periperi, no sábado, e convidou os pares. Expôs a problemática em torno do espaço, cuja importância para a população defendeu, e disse esperar que produzissem documento. Mencionou as atividades esportivas que poderiam ser realizadas no local para promover socialmente as pessoas. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza declarou concordar com o vereador Teo Senna e o parabenizou pela atuação sobre o estádio. O vereador Joceval Rodrigues manifestou apoio aos agentes de endemias, afirmando o interesse da Prefeitura em atendê-los. Disse que a Prefeitura se voltava aos mais necessitados e, por isso, criara o Projeto do *Built to Suit*. Saudou o secretário de Promoção Social e Combate à Pobreza, Leo Prates, por apresentar o Projeto, sem o qual, afirmou que várias unidades de assistência social e escolas teriam dificuldades. Em comunicação inadiável, o vereador Cezar Leite contou sobre reunião no Ministério Público (MP) com médicos a respeito da Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (Planserv). Considerou que o governador Rui Costa esquecia suas raízes sindicalistas por não escutar as pessoas que sofriam com os problemas do sistema e infirmou possível paralisação. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha apontou excesso de comunicações inadiáveis. O senhor presidente explicou que isso se dava por estarem construindo consenso sobre o Projeto do *Built to Suit* e que falariam apenas os que não tiveram voz nos Registros. Em comunicação inadiável, o vereador Moisés Rocha criticou o Governo Federal por flexibilizar critérios punitivos sobre o trânsito. A Sessão foi prorrogada por uma hora. Em comunicação inadiável, o vereador Orlando Palhinha parabenizou o prefeito e secretários pela implementação da Zona Azul Digital, fruto de Indicação sua. Assumiu a Presidência o vereador Carlos Muniz. Retomando os **Registros**, a vereadora Ana Rita Tavares elogiou a atuação da Seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA) sobre o meio ambiente, destacando parceira de trabalho sua na entidade. Criticou o Governo Federal por permitir exploração do pré-sal em Abrolhos, apontando as riquezas naturais que poderiam ser destruídas. Informou ação sua, junto com o Instituto

Luisa Mell, contra a medida. Em comunicação inadiável, o vereador Luiz Carlos de Souza convidou para seminário, no sábado, dedicado a jovens. O vereador Ricardo Almeida informou visita da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo à obra de ampliação do Aeroporto em razão da Copa América, que aumentaria o fluxo. Elogiou a Comissão temporária para acompanhar a obra do novo Centro de Convenções, pedindo que ela se dedicasse também ao antigo Centro de Convenções, cuja estrutura ruía, trazendo risco ambiental. Reassumiu a Presidência o senhor presidente Geraldo Júnior. Teve a palavra o vereador Edvaldo Brito, para anunciar que subscrevera, junto com o senhor presidente, o Ofício n. 47/19, do Gabinete da Presidência, dirigido ao secretário Alberto Pimentel, cujo texto leu. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz salientou que o secretário era reincidente em ofensas à CMS e sugeriu que lhe perguntassem o que ele tinha contra a Casa. O senhor presidente sublinhou que todos deveriam, corporativamente e independente de posição partidária, subscrever o documento. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal elogiou as virtudes intelectuais e pessoais do vereador Edvaldo Brito, a quem agradeceu, assim como ao senhor presidente. Afirmou que, dada a reincidência do secretário, sua atitude não poderia se naturalizar. O senhor presidente afirmou sua defesa de todos os edis. Em comunicação inadiável, o vereador Edvaldo Brito afirmou que a ofensa do secretário era contra a Casa e contra a democracia, sublinhando que ele usara uma virtual filiação partidária ao PT como ofensa. Em comunicação inadiável o vereador Sidninho defendeu medida mais dura para o secretário, considerando que sua convocação, em fato anterior, não dera resultado. O senhor presidente acolheu a sugestão e disse que estudaria medida mais severa, receando haver rotina de ofensa. Em comunicação inadiável, o vereador Moisés Rocha comparou as trajetórias do ofensor e do ofendido, apontando a robustez curricular do segundo, e defendeu que a Casa não tivesse relações com o secretário. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues agradeceu ao vereador Evaldo Brito e disse se admirar de o prefeito ter o ofensor como secretário. Refutou discurso no

Congresso Nacional que também tomava a condição de membro do PT como ofensa. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suíca disse que o PT perdera um grande membro com a saída do vereador Henrique Carballal e que o Governo Federal envergonhava o País. Defendeu punição mais grave ao secretário. Em comunicação inadiável, o vereador Marcos Mendes disse que o Projeto do *Built to Suit* fora piorado após a reunião havida e declarou seu voto contrário. Em comunicação inadiável, o vereador Demétrio Oliveira parabenizou o prefeito ACM Neto pela recondução à Presidência do DEM. Declarou felicidade pela Sessão Itinerante no Colégio Luiz Viana, do qual fora aluno. Retomando os **Registros**, o vereador Kiki Bispo disse que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em Salvador, crescia em ritmo forte. Criticou o governador do Estado pelo tratamento às Universidades e aos seus professores, que faziam greve. O vereador Odiosvaldo Vigas criticou o corte de verbas do Governo Federal no Ensino Superior. Considerou que o governador do Estado se associava a esse projeto e que seu discurso diferia do que tinha quando era vereador da Casa. Criticou o governador, afirmando que sua origem lhe permitia compreender a situação de professores e alunos das Universidades baianas. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse que não se voltava contra o governador, mas, contra sua postura sobre os professores em greve. Em comunicação inadiável, a vereadora Marta Rodrigues contou sobre rodada de negociação com os professores do Estado, que pendia de resposta do Governo. A Sessão foi prorrogada por uma hora. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto, mencionando ser professor universitário do Estado, disse que havia espaço para negociação e que os direitos pleiteados eram legítimos. Em comunicação inadiável, o vereador Isnard Araújo disse que o vereador vivia o cotidiano dos cidadãos mais que outros parlamentares e pediu audiência pública sobre a Reforma da Previdência, sublinhando as diferenças regionais e propondo, como fruto da audiência, documento a ser enviado a Brasília. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, respondeu que

era favorável à ideia. Foi concedido Registro à vereadora Lorena Brandão, que contou sobre Indicação sua para retirada de lixo do mar, relatando várias ações em praias de Salvador. Também teve Registro o vereador Duda Sanches, que declarou apoio ao Projeto do *Built to Suit*. Aberta a **Ordem do Dia**, foi apreciado o Projeto de Lei n. 63/19, do *Built to Suit*. Havendo cinco Emendas ao Projeto, o vereador Duda Sanches subiu à Tribuna para emitir Pareceres conjuntos pela CCJ e pela Comissão de Finanças e Orçamento. Os Pareceres sobre as cinco Emendas foram favoráveis. Colhidos os votos na CCJ, os Pareceres foram aprovados, contra o voto da vereadora Aladilce Souza. Colhidos os votos na Comissão de Finanças, os Pareceres também foram aprovados, contra os votos dos vereadores Cezar Leite (apenas quanto os das Emendas n.s 4 e 5) e Marta Rodrigues. Submetidas ao Plenário, as Emendas foram aprovadas, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Cezar Leite (apenas quanto às Emendas n.s 4 e 5), José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto. Assumiu a Presidência o vereador Orlando Palhinha. Iniciando a discussão do Projeto, o vereador Edvaldo Brito apontou imprecisões redacionais em vários pontos da Proposição e firmou seu entendimento sobre a licitação dever ser regra na matéria tratada no Projeto. O vereador Marcos Mendes disse que, por princípio, era contrário ao modo como se previam as locações no Projeto, em desacordo com as normas sobre licitação. Afirmou que o *Built to Suit* era usado nos Estados Unidos e na Europa, e atendia a necessidade do mercado, e não, pública. Rejeitou a possibilidade de 30 anos de prazo contratual. Afirmou que haveria apropriação de recursos públicos e considerou uma vergonha a aprovação do Projeto, declarando seu voto contrário e pedindo adesão a esse posicionamento. A vereadora Ana Rita Tavares afirmou que o Projeto dava discricionariedade descabida ao prefeito, que teria liberdade subjetiva para estabelecer valores e poderia regulamentar a lei por decreto. Disse não haver critérios para alguns terem prazo de 30 anos e outros não. Apontou prejuízo ao interesse público. A vereadora Aladilce Souza discordou da votação do Projeto neste momento, em razão de sua complexidade.

Elogiou a fala da vereadora Ana Rita Tavares e a endossou quanto aos riscos ao interesse público. Afirmou que haveria desconstrução econômica e criticou a liberdade dada ao gestor, endossando o "cheque em branco geracional" apontado pelo vereador Sílvio Humberto. Disse que os que tinham capacidade de investimento atuariam em segurança, pela longa duração do contrato, e considerou que não poderia toda a rede de assistência social se basear nesse modelo, ressalvando ver boa intenção no secretário Leo Prates. O senhor presidente sublinhou que o Projeto estava na Casa havia 109 dias, rejeitando ter havido açodamento em sua votação. A vereadora Marta Rodrigues declarou que o Projeto confrontava a LRF e a Lei Orgânica do Município (LOM). E opinou que o prefeito deveria tê-lo retirado. Apontou confronto com as leis orçamentárias, expondo detalhes normativos. Apontou ainda a falta de discussão com a sociedade e declarou seu voto contrário. Assumiu a Presidência o vereador Carlos Muniz. O vereador Sílvio Humberto esclareceu que sua crítica era externa ao Projeto e relativa ao papel da Administração Pública, sublinhando o impacto do Projeto na vida das pessoas. Reiterou o "cheque em branco geracional" e rejeitou o atrativo criado para o mercado. Apontou falta de estudos para embasar os longos prazos e refutou a análise baseada apenas em números, os quais considerou manejáveis segundo os interesses de quem os apresentam. Defendeu que se incrementasse a economia, porém, com lastro na mudança do eixo econômico da Cidade. Analisou mecanismos de mercado que atuariam na questão, afetando valores. Questionou sobre a ausência de parágrafo em um artigo emendado, indagando, sobre isso, ao vereador Alexandre Aleluia, que, pela ordem, explicou que isso se devia à técnica legislativa usual na elaboração de emendas. O orador sustentou que o artigo não existia no texto original. Reassumiu a Presidência o senhor presidente Geraldo Júnior. O vereador Teo Senna defendeu a legalidade do *Built to Suit* e sua adequação aos fins almejados. Declarou surpresa com as posições contrárias ao Projeto e às Emendas, após uma longa pausa na Sessão para os líderes dialogarem. Disse que o Projeto trazia avanço, permitindo ao gestor um melhor

direcionamento dos recursos quanto às demandas da população. Lembrou a exposição do secretário Leo Prates e as várias reuniões com a Procuradoria do Município no andamento do Projeto. Criticou a Oposição, afirmando que ela votava contra o que era de interesse da Cidade enquanto seus parceiros políticos, no âmbito estadual, aprovavam empréstimos, não impediam a privatização da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) e aprovavam o contrato da Arena Fonte Nova. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 63/19 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Cezar Leite (apenas quanto aos arts. 9º e 10), Edvaldo Brito (apenas quanto ao art. 9º), Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Moisés Rocha (apenas quanto ao art. 9º) e Sílvio Humberto. Encerrada a votação, o senhor presidente agradeceu aos pares pelo trabalho realizado. E, nada mais havendo, declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO